

Entre o desenvolvimentismo e a fome: percursos da ASCOFAM no Nordeste dos anos JK

Between developmentalism and hunger: ASCOFAM courses in the Brazilian Northeast of the Kubitschek years

Augusto César Gomes de Lira*

Paulo Raphael Pires Feldhues**

Resumo

Neste estudo aborda-se a atuação da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM) no Nordeste brasileiro. Sob o contexto ideológico do desenvolvimentismo que marca o governo Kubitschek (1956-1961), busca-se identificar os percursos desta associação de Genebra em solo brasileiro, demarcando suas aproximações com o governo federal e a classe industrial na perseguição de seus objetivos de combate à fome. A partir do cruzamento entre fontes primárias e literatura especializada, conclui-se que a ASCOFAM foi ator político relevante no lobby de combate à fome na região Nordeste durante o período, contribuindo para oferecer notoriedade ao tema da fome na região a partir de um novo viés, que não aquele de fenômeno natural irresoluto.

Palavras-chave: ASCOFAM; Nordeste; Fome; Josué de Castro; Desenvolvimentismo

Abstract

This study deals with the performance of the World Association for the Fight against Hunger (ASCOFAM) in the Brazilian Northeast. Under the ideological context of developmentalism that marks the Kubitschek government (1956-1961), it seeks to identify the paths of this association of Geneva in Brazilian soil, demarking its approaches with the federal government and the industrial class in pursuit of its objectives. From the cross between primary sources and specialized literature, it can be concluded that ASCOFAM was a relevant political actor in the fight against hunger in the Northeast during the period,

* Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: augustolira@live.com

** Doutor em História pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Brasil nas Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão. E-mail: raphaelfeldhues@gmail.com

contributing to raise awareness of hunger in the region from a new perspective, other than that of an irresolute natural phenomenon.

Keywords: ASCOFAM; Brazilian Northeast; Hunger; Josué de Castro; Developmentalism.

Introdução

Superada a instabilidade inicial em torno da posse do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek (JK), o país parecia entrar numa nova fase, marcada pelo otimismo. Muito do que foi difundido pelo Departamento de Propaganda do Governo construía esta atmosfera positiva sobre o Brasil. Divulgavam-se as primeiras obras de Brasília e, apesar dos repetidos movimentos grevistas do período, a aceleração do processo de industrialização criava perspectivas positivas para a nação. A definição de um plano de integração nacional cunhado através de uma perspectiva nacional-desenvolvimentista produziu um clima de euforia entorno do *slogan* “50 anos em 5”, segundo o qual Juscelino fazia referência ao fato de que, em seu governo, definitivamente o país se modernizaria, superando o atraso e carimbando seu passaporte para o futuro. Brasília era então o exemplo síntese daquele imaginário moderno em construção.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social. São aqui compreendidos como instrumentos de conhecimento e comunicação social que tornam possível um consenso acerca do sentido do mundo.¹ Nesses termos, Brasília se projeta como imagem de modernidade para um país que vislumbra a superação de suas estruturas arcaicas e de seu marasmo social. No âmbito ideológico do desenvolvimentismo, a preocupação maior do Estado concentrava-se sobre a expansão econômica, onde investimentos estatais de elevado porte eram tidos como fundamentais. Referências à fome, à miséria e ao flagelo de migrantes no Nordeste brasileiro mostravam-se como um contrassenso à propaganda governamental.

Paralelo ao cenário otimista divulgado pelo governo JK, ocorre em setembro de 1957, no auditório do Ministério de Educação e Cultura, a solenidade de instituição da seção brasileira da Associação Mundial de Luta Contra

¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 84.

a Fome – ASCOFAM.² Da tribuna do auditório, pronunciaram-se a respeito do ato solene o embaixador Oswaldo Aranha, que na ocasião tomava posse como Presidente Nacional dessa sucursal, o padre francês Joseph Lebret e o professor Josué de Castro, este último, falando ao público presente na qualidade de principal articulador do movimento que resultou na criação da ASCOFAM.

Fundada em 18 de março do mesmo ano, em Genebra, por um grupo de intelectuais e artistas, a ASCOFAM tornou-se em poucos meses matéria bem conhecida nas principais capitais europeias.³ Mas no Brasil, pouco se sabia sobre ela, senão, pela exposição de parcas informações que circularam em alguns de nossos periódicos.

Neste estudo aborda-se o tema da fome no Nordeste brasileiro entre finais da década de 50 e início dos anos 60. Em específico, busca-se compreender como se deu a atuação da ASCOFAM, ao longo do governo Kubitschek, em torno do problema da fome naquela região. Para tal, o artigo divide-se em dois momentos: inicialmente é abordado o contexto nordestino de finais da década de 1950 e intervenções do governo federal; em seguida, analisa-se a atuação da ASCOFAM no Nordeste diante do cenário marcado no plano ideológico pelo desenvolvimentismo e, no plano social, pela fome.

“Nordeste, um outro Brasil”

No ano de 1958, quando as expectativas prometiam colocar o país em dia com a modernização e a modernidade, um evento eclodiu no Nordeste do Brasil quebrando o curso regular do tempo. Um longo período de estiagens fez com que o mês de março passasse sem qualquer precipitação, recolhendo ainda mais os leitos ribeirinhos. Os açudes de regiões estratégicas, com seus reservatórios à mingua, não demoraram a secar, tornando vãs as esperanças de chuva que se renovavam frequentemente no dia de São José. Pressionados pelas intemperanças do ambiente, os retirantes em leva ganharam as estradas. São os “flagelados da seca”, caminhantes de um doloroso cortejo de infelizes, deslocando-se de seu chão em busca de lugares menos áridos, onde ao menos a miséria não mingue de vez suas existências. “A Grande Seca”, como ficou conhecido publicamente esse acontecimento, foi uma das mais dramáticas estiagens do século XX no país.

² ARANHA assumiu a luta contra a fome. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 jun. 1957.

³ Os noticiários da repercussão internacional do lançamento da ASCOFAM podem ser acessados através do livro “A luta mundial contra a fome”, publicação desta entidade que foi impressa no Brasil no ano de 1957 sob o patrocínio de IBGE. Ver: ASCOFAM. *A luta mundial contra a fome*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

Edmir Régis, jornalista colaborador da revista “O Cruzeiro”, publicou uma matéria sobre a situação dos flagelados em Pernambuco. É notório que sua reportagem ao tomar como referência esta federação buscou se valer do papel que sua capital, Recife, desempenhava naqueles anos, como cidade-núcleo de uma ampla porção do território nordestino. Eram, portanto, as calamidades pernambucanas uma representação expressiva de outras regiões, e sua capital um lugar de refúgio para muitos retirantes. Nesse sentido o título da matéria, “Fome e Seca no Nordeste”, ultrapassa os fatores locais, e chama a atenção para os desajustes sociais que as secas produziam. Segundo Régis

Um sol inclemente há quase um ano vem castigando as terras do agreste sertão pernambucano. Ou melhor de todo Nordeste. De vários estados, chegam as mais alarmantes notícias: os flagelados invadiram a cidade de Buíque. A situação de Serra Talhada é de quase desespero. Milhares de retirantes, em Patos, na Paraíba, ameaçam marchar sobre a Capital. E assim, numa voragem impressionante, vão chegando as mais violentas notícias. Em Caruaru, cidade mais importante do interior pernambucano, colocada em segundo lugar no quadro populacional do Estado, o drama de seu povo tem algo de bíblico. (...) O Rio Ipojuca, único a cortar as suas terras, nada mais é do que uma estrada poeirenta, irregular, muitas vezes utilizada pelos retirantes no seu nomadismo de miséria e fome. A população vive o “Drama da água”. (...) Nos Bairros mais humildes da cidade cometem-se atos de desespero. (...) A situação é cada vez mais grave. Os hotéis ameaçam fechar as portas. Os hospitais não funcionam regularmente. As escolas acusam um “déficit” de frequência assustador.⁴

No Ceará a situação não era diferente. Em Pentecostes, cidade do Norte cearense, a escassez de alimentos gerou medo de pilhagens, obrigando comerciantes ao fechamento de seus estabelecimentos. O próprio Juscelino reconheceu o estado de calamidade da população cearense admitindo a existência de 10 mil concentrados em Iguatu, no Centro-Sul do Ceará, e 80% de morte do rebanho bovino em Quixadá, no Sertão do mesmo Estado.⁵

Diante desta situação, o clamor de uma política emergencial mais uma vez toma lugar no Nordeste. O DNOCS foi requerido na construção de açudes. O Ministério da Aviação tratou de contratar flagelados para o trabalho em diversas rodovias da região, e a Marinha Mercante se ocupou com o transporte de feijão e charque para aquela população. Porém, essas medidas emergenciais não eram condizentes com as novas perspectivas de planejamento econômico

⁴ REGIS, Edmir. “Fome e Seca no Nordeste”. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, nº. 26, 5 abr. 1958, p.41.

⁵ FELDHUES, Paulo Raphael Pires. *A Confederação Nacional da Indústria e o Nordeste Brasileiro: o desenvolvimento nas páginas de Desenvolvimento & Conjuntura (1957-1964)*. Programa de Pós-Graduação em História (Tese), Brasília: UnB, 2014, p.147.

e modernização do país. Manter o Nordeste neste marasmo de catástrofes e mendicância era um contrassenso diante do engajamento e promoção da obra faraônica que Juscelino realizava em Brasília.

O clamor por uma redefinição estratégica para o Nordeste ganha relevo em 1955 durante o Congresso de Salvação do Nordeste. Realizado em Recife, o encontro reuniu mais de duas mil pessoas, entre autoridades, parlamentares, representantes da indústria, do comércio, de sindicatos, camponeses, profissionais liberais, estudantes, todos num mesmo fórum de debates para discutirem abertamente os principais problemas socioeconômicos da região. Durante os trabalhos, o fenômeno das secas periódicas foi claramente apresentado como um problema estrutural, rejeitando determinações geográficas. O documento síntese daquele conclave, publicado após o evento, a “Carta de Salvação do Nordeste”, reunia as principais linhas de pensamento que convergiram para identificar que ao “flagelo das secas juntam-se os males do latifúndio, quase sempre improdutivo”.⁶

Observa-se que uma nova compreensão política e técnica do Nordeste emerge daquele Congresso. A questão do latifúndio é reposicionada como um empecilho para o surgimento de novas relações no campo, enquanto que a reforma agrária ganha relevo na expectativa de resolução dos problemas regionais. Neste período, um movimento setorial de trabalhadores rurais residentes no Engenho Galileia, situado na cidade de Vitória de Santo Antão, distante 50 quilômetros de Recife, cria uma série de mobilizações em torno da questão agrária em Pernambuco. Deste processo nascem as Ligas Camponesas, fundada, a priori, com o objetivo de atender de forma pontual aos problemas prementes daquela comunidade. Um microclima de disputas construído em volta do direito de uso das terras daquele engenho por famílias de camponeses chama a atenção da imprensa nacional e internacional, transpondo os limites iniciais daquele conflito.⁷

No contexto dessas reivindicações, realiza-se em Recife o Iº Congresso de Camponeses de Pernambuco, patrocinado pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), que na época contava com Josué de Castro no cargo de diretor-geral do conselho. Cerca de três mil delegados se inscreveram

⁶ A Carta de Salvação do Nordeste foi parcialmente reproduzida no jornal carioca *Imprensa Popular*. Ver: “Indispensável à democracia para o progresso do Nordeste”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. p.3, 31 ago. 1955.

⁷ Cf. MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

naquele encontro que, “pela primeira vez desfilaram com cartazes e instrumentos de trabalho pelas ruas” da cidade.⁸ O encerramento do evento contou com uma massiva concentração de camponeses, aglutinados às portas da Assembleia Legislativa, “sob fremitosos aplausos à reforma agrária”.⁹

Em 1956, Dom Helder Câmara convidou o recém empossado presidente, Juscelino Kubitschek, para participar do I Encontro dos Bispos do Nordeste, evento que pretendia refletir sobre os problemas religiosos enfrentados pelas dioceses nordestinas em virtude da conjuntura socioeconômica da região. Na ocasião o presidente reafirmou o seu compromisso de governar com um olhar centrado na totalidade dos territórios brasileiros e “de fazer de uma região central do Nordeste um outro Estado de São Paulo”.¹⁰ Estas mobilizações que antecederam a “Grande Seca” de 1958 adquiriram ampla repercussão na imprensa, enquanto que o apoio da opinião pública, sobretudo no Rio de Janeiro, reafirmava a necessidade de mudanças na condução das políticas emergenciais para o Nordeste.

A resposta do governo a essas reivindicações veio através de um plano de desenvolvimento para a região, que marcou definitivamente o ano de 1959 como o ano de intervenções diretas e incisivas sobre o Nordeste. Em mensagem enviada ao Congresso Nacional, o presidente não deixou dúvida quanto à sua determinação em unir, mesmo que tardiamente, aquele território ao programa de integração nacional. Segundo o documento

Reformulam-se, no momento, os problemas da valorização regional, através de um plano de conjunto e da concentração de recursos em obras básicas. É no Nordeste que essa nova política entra em fase decisiva, com vistas a lhe reorganizar a economia, tomando-a resistente ao impacto das secas e melhorando o padrão de vida das suas populações. Está sendo revista a política federal de inversão de produção rural da zona semi-árida, e bem assim abrir frentes de colonização. Na faixa litorânea, a industrialização, à base do aproveitamento das matérias-primas locais, apresenta-se como a forma indicada para o desenvolvimento econômico. Ao critério assistencial, que predominava nas obras do Polígono das Secas, substituiu-se rigoroso trabalho de planejamento, no qual se indicam soluções racionais para os problemas.¹¹

⁸ MORAIS, Clodomir. *A queda de uma oligarquia*. Recife: Editora Gersa, 1959. p.39.

⁹ Ibidem.

¹⁰ OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Discurso de Encerramento do Encontro dos Bispos do Nordeste, Sobre os Problemas da Região*. Campina Grande, 26 de maio de 1956. Presidência da República, Coordenação-Geral de Documentação e Informações, Biblioteca da Presidência da República.

¹¹ OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. *Mensagem ao Congresso Nacional*: remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1959. Rio de Janeiro: Brasil, 1959, p.25.

A mensagem coloca o planejamento como único meio de integração regional. Esse é o esboço de um programa que culminará na criação da “Operação Nordeste”: a meta 31 do plano de desenvolvimento nacional, que foi na época apontada como um movimento decisivo em direção a mudanças no *status quo* do Nordeste. Seu encarregado, o economista Celso Furtado, tornou-se personagem indispensavelmente citado ou mesmo requerido, onde quer que se fizesse presente o novo programa.

Roland Corbisier, então diretor do ISEB,¹² deu notória atenção à nova política do Governo. Foi elaborado no instituto um curso nos mesmos moldes do circuito de estudos acerca dos “Problemas do Brasil”. O economista Celso Furtado foi convidado a proferir uma palestra sobre as ideias norteadoras da “Operação Nordeste”. O público alvo do curso eram os oficiais das forças armadas e a tese apresentada pelo economista se baseava em uma enfática premissa: a de que se fazia necessário industrializar o Nordeste.¹³

Segundo o economista, durante o século XIX o Brasil era uma constelação de pequenos sistemas econômicos isolados, unidos por um vínculo político e, por conseguinte, ligados à economia internacional. O desenvolvimento econômico do país, nos últimos anos do século XIX e nos primeiros decênios do século XX tendeu a assumir uma articulação cada vez maior dessas ilhas econômicas. O ponto central do argumento de Furtado era que tal articulação teria se realizado em torno de um mercado em constante expansão no Centro-Sul, que encontrava na exportação de café seu impulso de crescimento. Portanto, quando a economia do açúcar (principal mercadoria do Nordeste) entrou em colapso com a desorganização do mercado mundial do produto, sua sobrevivência tornou-se possível graças a uma reserva de mercado na região Centro-Sul. Não apenas o açúcar, mas excedentes de arroz, trigo, vinhos e outros gêneros produzidos nas demais regiões do país, que antes eram remetidos ao exterior, encontraram neste mercado interno em expansão um *locus* de escoamento. Esta nova divisão geográfica do trabalho, teria se instituído na oposição entre um centro de desenvolvimento industrial e uma área produtora de matérias-primas.¹⁴

¹² O Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) foi responsável entre 1953 e 1956 pela edição do periódico *Cadernos de Nosso Tempo*, que reuniu as bases do ideário nacionalista que influenciaria parte significativa da intelectualidade brasileira nos anos subsequentes. Tal estrutura serviu de alicerce para a constituição em 1955 do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), através de uma rearticulação institucional promovida entre o IBESP e a CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

¹³ FURTADO, Celso. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959, p.33.

¹⁴ *Ibidem*. p.10-13.

Esta interpretação acerca das dificuldades históricas do Nordeste busca explicitar os vínculos de dependência entre uma metrópole desenvolvida (notadamente o Centro-Sul do país) e uma colônia que a sustenta (as regiões periféricas do qual o Nordeste é uma área representativa). Caio Prado Júnior já havia lançado algumas luzes sobre este assunto em seu estudo “A Formação do Brasil Contemporâneo”, mas uma novidade se colocava a esteia da interpretação econômica do Nordeste realizada por Furtado. Segundo o palestrante, não poderiam coexistir no mesmo país um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão que julgou “muito simples”: “as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração”.¹⁵ E concluiu: “se tal fenômeno vier a ocorrer no Brasil, país de grande extensão geográfica, a formação de grupos regionais antagônicos poderá ameaçar a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional”.¹⁶

Munido de estudos técnicos realizados na região em 1956, Furtado identificou que os níveis de disparidades do desenvolvimento do Nordeste em relação ao Centro-Sul eram bastante significativos, possuindo esta região uma renda *per capita* menor em aproximadamente 32% se comparada a regiões mais industrializadas, como por exemplo, São Paulo. Demonstrava ainda que o montante da renda distribuída por habitante no Nordeste não chegava a 100 dólares anuais, acrescentando que tal disparidade era uma espécie de “lei natural” da economia moderna que produzia o desenvolvimento regional pela via da desigualdade.¹⁷ Daí a necessidade de disciplinar o crescimento econômico do país. A industrialização do Nordeste era um importante caminho para se alcançar resultados significativos, posto que ela poderia absorver meio milhão de desocupados nas zonas urbanas nordestinas. Todavia, segundo Furtado, a industrialização da região condicionava-se ao aumento da produção de alimentos, isto é, à resolução do problema agrícola.¹⁸ A relação era direta, sem aumento da oferta de alimentos não se faria a industrialização, e sem indústrias não se imaginaria desenvolvimento econômico no Nordeste. Tem-se então que:

A expectativa de Furtado era de que um círculo virtuoso seria construído caso fossem elevados, simultaneamente, a demanda por alimentos e o poder de

¹⁵ FURTADO, op. cit; 1959, p.10-13.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem. p. 38.

compra das zonas urbanas, a partir da industrialização. A implantação de novas indústrias no Nordeste sem o aumento da oferta de gêneros alimentícios, por sua vez, pressionaria os preços deste para cima, forçando, com isso, que também os salários fossem elevados. O desenvolvimento industrial neste cenário estaria fadado ao fracasso, pois perderia o Nordeste sua principal vantagem sobre a indústria do Centro-Sul, seu custo de mão-de-obra.¹⁹

A “Operação Nordeste” deu base para que o discurso de combate à fome no Brasil convergisse para o ideário de modernidade ora em destaque, fixando-se numa região específica com maior força. Sua campanha promocional recebeu boa acolhida em parte significativa da imprensa nacional e o desenvolver de suas atividades culminou na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1960.

A ACOFAM e o Nordeste brasileiro

É importante considerar que a assimilação de um conjunto de medidas voltadas para a industrialização do Nordeste, cuja orientação previa o fomento na produção de gêneros alimentícios, indicia a projeção das ideias patrocinadas pela ASCOFAM sobre a definição da meta 31 do plano de desenvolvimento nacional. O dilema “Pão ou Aço”, bem difundido na carta manifesto que deu curso à criação da associação, aparece como um resíduo, como um elemento pouco notável na “Operação Nordeste”, mas é possível restituí-lo nos traços individuais que deram forma a este objeto.

No dia 17 de fevereiro de 1959, no salão do Palácio do Catete, sentaram-se à mesa parlamentares, ministros, governadores do Nordeste e dom Helder Câmara, para discutir as linhas de lançamento da “Operação Nordeste”. Na liderança desta reunião estava o Presidente Juscelino Kubitschek, acompanhado por Celso Furtado.²⁰ Porém, a presença do economista no conclave se deu mais pela competência técnica que por sua autoridade política.

A necessidade de políticas para o fortalecimento do mercado interno regional foi reconhecida pela “Operação Nordeste”, todavia, a forma final do projeto passou por negociações amplas naquela reunião do Palácio do Catete. O papel de Josué de Castro, com sua influência e expertise, não seria negligenciada. Diante das querelas que impediram o acesso de Castro para a pasta do Ministério da Agricultura, foi-lhe encaminhado um telegrama urgente cujo emissário foi o próprio presidente, texto que expressa as expectativas

¹⁹ FELDHUES, op. cit; 2014, p. 159.

²⁰ FURTADO. *A saga da Sudene: 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 7.

de Juscelino acerca das contribuições do então presidente da ASCOFAM para aquele encontro.

A presença de Vossa Excelência na referida reunião onde serão combinadas importantes medidas de ação conjunta é indispensável ao pleno êxito da iniciativa. Cordiais saudações, Juscelino Kubitscheck.²¹

A presença de Josué no encontro que definiu as linhas da “Operação Nordeste”, compreendida por Kubitscheck como “indispensável” para o “pleno êxito” daquele trabalho, deu-se pela sua autoridade como intelectual especialista sobre temas ligados a região. Sua competência para atuar nesse trâmite foi construída ao logo de sua trajetória de vida, mas naquele momento específico, situava-se sobre as bases institucionais da ASCOFAM. É o material ideológico desta associação que Castro defenderá na reunião, ato que não se reduziu a este programa específico, mas tendeu a se expandir nos anos posteriores.

Ocorre que a “Grande seca” de 1958 também proporcionou à ASCOFAM brasileira a possibilidade de situar suas ações, com maior ênfase, na região Nordeste do país. As estratégias encontradas pela associação para lidar com as demandas do meio social e político na época nos ajuda a recompor uma triagem – seja individual ou coletiva – que se estabelece na realização de novas práticas institucionais, sobretudo, se reconhecermos o caráter de urgência que o fenômeno da estiagem prolongada legou para esta entidade.

É o caso do Iº Seminário de Desnutrição e Endemias do Nordeste Brasileiro, que pode ser considerada a primeira medida efetiva da ASCOFAM para a região. O encontro realizado no SESC de Garanhuns, em Pernambuco, entre os dias 18 e 21 de junho de 1958, representou uma incisão definitiva da associação no conjunto das instituições científicas nacionais fundadas até aquele momento. O evento contou com a presença de entidades nacionais e internacionais, assim como de diversas autoridades técnicas das áreas de saúde e de higiene pública, articulação que conferiu prestígio e notoriedade ao certame pela imprensa nacional.²²

²¹ OLIVEIRA, Juscelino Kubitscheck. [Telegrama] 13 fev. 1959. Rio de Janeiro. [Para] CASTRO, Josué. 1f.

²² Participaram do Seminário, além de representantes da FAO e da OMS, o Departamento Nacional de Endemias Rurais; Departamento Nacional da Criança; Serviço Nacional de Tuberculose; Serviço Especial de Saúde Pública; Serviço Nacional da Lepra; Serviço Social Rural; Comissão Nacional de Alimentação; Instituto de Nutrição; Superintendência da Campanha Nacional de Merenda Escola; a secretaria do Conselho Coordenador do Abastecimento e Legião Brasileira de Assistência. Ver: ASCOFAM. *Seminário de desnutrição e endemias do Nordeste brasileiro*. Garanhuns, 1958.

Os motivos que levaram a ASCOFAM a realizar o seminário estão presentes no discurso de uma carta programa que, na ocasião do encontro, foi entregue aos participantes. Segundo o documento:

Com a tomada de consciência universal acerca da realidade do nosso mundo que apresenta alarmantes desigualdades econômicas com graves repercussões biológicas, adquiriu o problema da saúde uma categoria exponencial: a categoria de um dos grandes problemas da humanidade. E isto porque se chegou à evidência de que saúde coletiva constitui um fator essencial ao seu desenvolvimento econômico e à prosperidade e bem-estar social. Assim se explica o esforço que vem sendo desenvolvido nos últimos tempos, para investigar-se quais os fatores essenciais ao equilíbrio da saúde e quais os meios que se pode lançar mão para sua manutenção em escala social. A análise deste problema fundamental demonstra que entre os fatores do meio ambiente capazes de influenciar de maneira incisiva a saúde do indivíduo e da coletividade o mais importante é sem nenhuma dúvida, o da alimentação. (...) A ASCOFAM, dentro do seu programa de luta contra a fome, sobretudo contra os aspectos de desnutrição como causa das doenças de massa, verificou que um dos seus trabalhos imediatos era a pesquisa e o conhecimento da experiência já adquirida pelos órgãos de combate a essas doenças nas áreas depressivas e, portanto, pior alimentadas do país.²³

Buscava-se, portanto, sob a liderança da ASCOFAM, realizar junto com outros órgãos e autoridades científicas, um levantamento sobre os principais problemas de saúde pública no Nordeste. Considerava-se a falta de uma política de alimentos adequada para a região como o principal motivo das deficiências nutritivas daquela população. Nesse sentido, ao término dos trabalhos, os congressistas chegaram a conclusões alarmantes. Uma nova carta escrita por Josué de Castro, na qualidade de presidente da ASCOFAM, informava ao presidente Juscelino Kubistchek acerca dos desfechos proferidos pelas autoridades na ocasião do congresso. Estes teriam alegado que

(...) a fome se apresenta como constante no quadro geral das condições de vida das populações nordestinas e que a situação econômica-social decorrente de graves erros acumulados é a grande responsável pela deficiência alimentar reinante. (...) que todo esforço sanitário empreendido não será capaz de erradicar grande maioria das endemias reinantes, sem que a estrutura econômica-social da região e seus hábitos alimentares sejam modificados.²⁴

²³ Idem.

²⁴ CASTRO, Josué. [Carta]. Rio de Janeiro. [para] OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. 1f. Não foi possível identificar na correspondência sua data de emissão. Ela deu-se, provavelmente nos dias imediatos ao encerramento do conclave, uma vez que a sua publicação em veículos de informações do Rio de Janeiro datam de junho de 1958.

Segundo a carta, os congressistas reconheciam que no Nordeste do Brasil o quadro de desnutrição era generalizado, alegando serem nulos os esforços de técnicos em saúde e sanitaristas em tratar ali das doenças, posto que suas causas não se associam a determinantes biológicas, mas fincavam raízes em um panorama socioestrutural. A má nutrição da população nordestina tornava o corpo de homens e mulheres propícios ao desenvolvimento de enfermidades, inibindo o sistema imunológico e criando um ciclo de dependência constante dos populares com as instituições de saúde. Por esse motivo, o documento recomendou ao presidente, e com “extrema urgência”, a elevação dos índices de produtividade agrícola do Nordeste. A perspectiva era de incrementar um novo modelo nutricional na região, elevando o padrão de saúde das populações locais. Por fim, as autoridades do encontro, ainda segundo a carta, fizeram um apelo para que o governo conferisse máxima atenção à gravidade da situação econômico-alimentar do Nordeste, solicitando que

(...) o senhor presidente da República se digne determinar a elaboração e urgente execução de um plano de recuperação do Nordeste, de caráter prático e alheio às finalidades políticas imediatistas, mobilizando os recursos do país, (...) de forma a emancipar o Nordeste da fome e endemias reinantes nesta região.²⁵

Antes mesmo da execução da “Operação Nordeste” a ASCOFAM tornava pública a exigência de uma realização emergencial e estrutural para resolver o problema da estagnação econômica do Nordeste sem que se perdesse de vista a necessidade do fomento à produção de bens de consumo para a região. Através destas constatações, os congressistas também rejeitavam a tese de que a seca era a principal causa da “miséria” nordestina. Está em pauta um discurso de desnaturalização da fome, que não mais é concebida como uma determinante dos fatores ambientais, mas como uma expressão do subdesenvolvimento.

Para os redatores do jornal *Imprensa Popular*, o seminário realizado pela ASCOFAM indicava que em breve período frutos positivos poderiam ser colhidos, concluindo que “a única doença endêmica do Brasil [era] a miséria do seu povo”, centrada na “má distribuição da propriedade agrícola” e na “monocultura”.²⁶

A questão agrária é reposicionada no campo da ciência da nutrição, tornando-se, mais uma vez, foco de reivindicações. Nota-se que para os participantes do “Seminário de Endemias” havia uma clara noção de que a

²⁵ Idem.

²⁶ “Resoluções do Iº Seminário de Endemias Rurais e Desnutrição: Responsável a infra-estrutura semi-feudal pela alimentação das populações”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, p.3, 27 jun. 1958.

resposta adequada para os problemas do Nordeste dependiam de uma tomada de posição política, e é na seara dos políticos que a ASCOFAM buscará colher melhores frutos, tentando inclusive, fomentar suas ideias no parlamento brasileiro.

Em meados de 1959 a ASCOFAM criou um grupo de trabalho composto por agrônomos, médicos, juristas e economistas, cuja finalidade era estudar um plano de reforma agrária para o Brasil. Com o evidente amparo dos resultados positivos obtidos durante o seminário de “Endemias Rurais”, o grupo inicia uma campanha nacional estabelecendo o debate da questão agrária nos mais distintos setores da sociedade brasileira.

Para a instalação deste certame, a associação contou com a colaboração da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que havia criado naquele ano um “Fundo de Estudos e Projetos”, cujo objetivo era o de avaliar, “tendo em vista o desenvolvimento de todas as regiões do país”, as prioridades e possibilidades de incremento industrial em cada estado brasileiro. A proposta de articulação entre as duas entidades partiu da própria CNI, através de sua Diretoria Executiva, nos termos de um documento enviado à sede da ASCOFAM no Rio de Janeiro.

A Diretoria Executiva da CNI tendo conhecimento de que essa entidade está promovendo estudos sobre a estrutura agrária brasileira, visando ao levantamento de dados mais seguros e a uma melhor conceituação desses problemas no Brasil, que se revestem, dada a extensão do País e outras peculiaridades de nossa formação, de um caráter extremamente singular, vem propor a ampliação desses trabalhos, com o concurso da CNI, de maneira a possibilitar às duas organizações (CNI e ASCOFAM) os elementos necessários ao perfeito conhecimento da questão e ao seu melhor equacionamento.²⁷

A ASCOFAM contava naquele ano em seu quadro de associados com os nomes de três integrantes da CNI, eram eles: o empresário mineiro Lídio Lunardi, o economista Rômulo de Almeida e o de Pompeu Acioly Borges, tendo este último integrado o já citado grupo de estudos sobre a reforma agrária. Este itinerário pode ter contribuído para uma maior aproximação entre as duas instituições. Relação que renderá algumas críticas setoriais advindas de lideranças do movimento campestre brasileiro, anos mais tarde.

Sobre a articulação ASCOFAM/CNI o jornal “Última Hora” publicou uma matéria afirmando que a associação iria realizar um inquérito com a finalidade de ouvir a opinião dos deputados federais a respeito da reforma agrária. Tratava-se, segundo aquele noticiário, de uma pesquisa de opinião

²⁷ CNI. Fundo de Estudos e Projetos. Rio de Janeiro, s/d.

pública, elaborado como um dos pontos estratégicos da “Equipe de Estudos da Estrutura Agrária Brasileira”.²⁸ Para o citado jornal

O objetivo dos estudos que vem sendo realizados pela comissão técnica da ASCOFAM e da CNI, é dar elementos para uma série de projetos que serão apresentados pelo Professor Josué de Castro na Câmara Federal, visando uma reforma agrária no Brasil.²⁹

É importante considerar as estratégias montadas para que a organização tenha acesso ao campo político. Nesses termos, a ASCOFAM colocava-se como grupo de pressão, propondo inclusive a realização de inquéritos de ampla repercussão na imprensa, mas, de igual modo, vale-se como instrumento de *lobby* abastecendo a ação parlamentar de Josué de Castro.

Em linhas gerais, a equipe de estudos da ASCOFAM/CNI forneceu as bases para a formulação do projeto nº 11, de 1959, encaminhado à Câmara Federal por Josué de Castro, e que versava acerca das definições em casos de desapropriação por interesse social e dispunha sobre sua aplicação.

Em pronunciamento realizado no dia 18 de março de 1959, durante as atividades do Congresso Nacional, Josué de Castro justificou o envio do Projeto de Lei, fazendo referência à mensagem enviada por Juscelino Kubistchek aos parlamentares, na ocasião da abertura dos trabalhos de sua legislatura para aquele ano. Segundo Castro, cumpria aos parlamentares reconhecer no comunicado

que muitos dos problemas atuais da nossa agricultura são de caráter estrutural. Para a solução de alguns deles, confia o governo em que o Congresso de à nação uma lei agrária apta a proporcionar a melhoria do nível de vida das populações rurais – com a conseqüente ampliação do mercado interno – e a incrementar a produção de alimentos. O desenvolvimento do país está a pedir, simultaneamente com o progresso industrial e como contraparte dele, uma legislação que facilite, a maior número de brasileiros, o acesso à terra, confira ao uso desta sentido verdadeiramente social e estimule a renovação tecnológica dos procedimentos da produção agropecuárias.³⁰

O apelo à mensagem presidencial buscou inserir o tema da reforma agrária no âmbito do nacional-desenvolvimentismo, evitando em seu discurso qualquer controvérsia de cunho regionalista, ou mesmo ideológico-partidário. Como justificou Castro, o projeto apresentado ao parlamento foi entregue como uma

²⁸ “A ASCOFAM ouvirá deputados e senadores: reforma agrária”. *Ultima Hora*. Rio de Janeiro, 19 dez. 1959.

²⁹ *Idem*.

³⁰ Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 18 de mar. 1959, p. 1085-6.

modesta contribuição (...) visando dar início a reforma agrária no Brasil (...), não como um expediente de simples desapropriação de terras e redistribuição delas por motivos emocionais ou sentimentais, mas como técnica racional de utilizar melhor a terra para sua maior produtividade e para benefício da maioria que nela trabalha.³¹

Nos termos do projeto, considerava-se como interesse social o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com a “natural vocação agrícola” do lugar, ou seja, o interesse social recaía sempre que ocorresse a intensificação da exploração da agricultura sem obediência ao plano de zoneamento; assim como, em situações em que seja necessário criar núcleos de colonização e povoamento, de frentes de trabalho, de construção de casas populares, de instalação de atividades industriais, entre outras atividades preteridas como indispensável para o bem-estar social.³²

Segundo o próprio Josué, a base jurídica do documento não apresentava muitas novidades em relação a seus predecessores, mas contribuiu de maneira importante por estabelecer que a indenização pela propriedade “corresponderia ao valor a ela atribuído no último lançamento de imposto territorial, levando em conta as benfeitorias realizadas”.³³ Essa lógica deveria ser aplicada primeiramente no Nordeste brasileiro como parte dos empreendimentos que o Governo Federal já vinha realizando naquela região.

O Projeto de Lei formulado pela “Equipe de Estudo para a Reforma Agrária”, demonstra como a ação prática dos associados da ASCOFAM se orientam no empreendimento de resultados objetivos, cujas estratégias passam pela necessidade de influenciar os dispositivos prementes ao campo político, buscando, sobretudo, intervir de maneira direta sobre este campo, com a finalidade de acelerar as tomadas de decisões seja através do Congresso Nacional, na relação com instituições democráticas existentes, ou na formação da opinião pública.

Além das intervenções realizadas no âmbito da política nacional, a ASCOFAM também visou desenvolver atividades no plano da cultura. Os trabalhos realizados nesse contexto seguiram duas direções: primeiramente o incremento de novas formas de produção e utilização de gêneros alimentícios no Nordeste, o que contribuiu para modificar, em certo nível, a cultura alimentar naquela região. Tomemos como exemplo o convênio estabelecido

³¹ Idem.

³² “Grupo de estudo para modificação da reforma agrária”. *O observador econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, Ano XXIV, nº 280, p.14, jun. 1959.

³³ Idem.

entre a ASCOFA e a Legião Brasileira de Assistência (L.B.A), cuja finalidade era a produção industrial de farinha de mandioca enriquecida. A articulação entre estas entidades visava, segundo o contrato firmado entre ambas, corrigir carências alimentares das populações nordestinas. Ainda segundo o contrato, o processo de enriquecimento da farinha deveria dar-se através do incremento da soja, de sais minerais e vitaminas em quantidades adequadas para as necessidades básicas. Sendo a farinha de mandioca um gênero de baixo custo e já integrado a cultura alimentar nordestina, buscava-se através do ganho nutritivo dessa mistura reduzir a incidência das moléstias generalizadas que acometiam a região.³⁴

Outro caminho pertinente foi traçado no plano educativo, fortalecendo a relação entre a associação e o público nordestino cada vez mais aderente às campanhas e ações da ASCOFAM. Foi na expectativa de fomentar seu trabalho institucional e de introduzir novas ideias sobre hábitos alimentares na região que a ASCOFAM iniciou um programa de TV junto à emissora “TV Jornal” de Recife – o qual também foi transmitido pela Rádio Jornal, vinculada a mesma empresa televisiva – intitulado: “ASCOFAM a serviço do Nordeste”. O programa foi ao ar diariamente por volta das 21 horas (horário local) e tinha como objetivo levar ao público o interesse por assuntos médico-sociais, de preferência os que pudessem ser ligados aos problemas da alimentação, da fome, da educação sanitária e mental.³⁵ Nos termos do projeto inicial, a ASCOFAM havia determinado que

O programa terá aspecto científico, em linguagem acessível e poderá contar com a colaboração, à convite da ASCOFAM, de médicos especialistas, educadores, professores, economistas e etc. (...) quando possível, o emprego de filmes, slides, esquemas, gráficos, fotografias, para ilustrar os temas abordados em cada programa. O controle do programa será supervisionado pela ASCOFAM, que destinará uma seção especial para preparação, estudos e organização prévia de cada tema semanal escolhido, assim como de entrar em entendimento com os técnicos da televisora, a fim de melhor apresentar e obter o maior rendimento cultural de cada tema.³⁶

A expressão “rendimento cultural de cada tema”, remonta às estratégias midiáticas que a TV e o rádio, enquanto instrumentos de formação da opinião pública, poderiam promover através de uma linguagem adequadamente

³⁴ Ver: Clausula contratual entre a ASCOFA e a L.B.A para o fim da produção industrial de farinha de mandioca enriquecida. 2f. jun. 1958. Sobre a repercussão deste convênio na imprensa, ver: “ACOFAM inicia plano para combater carências nutritivas”. *Diário da Noite*, Recife, 5 dez. 1959.

³⁵ Plano para um programa de televisão para a ASCOFAM. 3f.

³⁶ Idem.

utilizada para alcançar a empatia dos telespectadores e ouvintes. Dessa maneira, quando foi exibido no dia 5 de setembro de 1961 o 3º programa da série “ASCOFAM a serviço do Nordeste”, o público foi introduzido em uma espécie de aula sobre como agem os alimentos ingeridos no corpo humano através de uma analogia simples e didaticamente útil. Dizia o apresentador do programa que

A melhor maneira de compreender como os alimentos agem no organismo humano é compará-lo a uma máquina de explosão. Ambos têm um sistema de trabalho a executar para um funcionamento racional e contínuo.³⁷

E acrescentou,

A qualidade da gasolina e sua quantidade influenciam no bom funcionamento do motor. Pouca gasolina, mesmo de boa qualidade, o sistema funciona por um tempo curto e vai parando logo. Uma gasolina com impurezas ou de má qualidade, o motor funciona mal e se estraga. O mesmo se dá com o combustível humano – os alimentos.³⁸

A busca por uma linguagem simples, adequada ao cotidiano dos cidadãos, surge como uma estratégia que adensa a relação entre a ASCOFAM e seu público. Essa compreensão também pode ser analisada na interação que o programa buscava manter com seu telespectador que, através de correspondência, poderia promover sugestões ou mesmo esclarecer dúvidas sobre temas já tratados nos programas anteriores.

Em carta enviada ao programa, um telespectador identificado como “o líder operário Análio Borges”, propôs uma questão bastante pertinente para seus realizadores. Perguntava Borges, “qual a utilidade em ensinar ao pobre a comer se ele não pode comprar alimentos?”.³⁹ Eis que o apresentador passa a expõe de maneira, mais uma vez, didática:

Aqui temos dois metros de um tecido, com os quais pretendemos fazer um vestido. Pergunto eu a vocês: quem terá maiores probabilidades de confeccionar um vestido, com tão pouco pano, nós, que nada entendemos de corte e costura, ou uma modista experimentada? A modista, é claro! Do mesmo modo, quando o orçamento doméstico é pequeno, qual a dona de casa que poderá atender melhor a alimentação

³⁷ Roteiro para o terceiro programa “ASCOFAM a serviço do Nordeste”, 4f, 3 set. 1961.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

da família: logicamente, aquela que tem maiores conhecimentos sobre o valor real dos diferentes alimentos.⁴⁰

E após uma longa exposição dos principais grupos de alimentos e seus valores nutritivos, assim como, de seus preços no mercado, o apresentador concluiu seu argumento afirmando

(...) que não é necessário muito dinheiro, ou muita comida, para um alimento realmente nutritivo e racional. Basta conhecimento, e isto é o que fará a ASCOFAM através destes programas.⁴¹

Considerações finais

Observou-se como as práticas associativas da ASCOFAM buscaram promover um amplo debate acerca da necessidade de se criar uma nova cultura alimentar para o Nordeste do Brasil. Esse ideário perpassa por diferentes ações que engloba desde a inserção direta da ASCOFAM no campo político até a sua habilitação como entidade atuante na promoção de um modelo de política alimentar racional. A utilização de instrumentos de comunicação de massa, como é o caso da televisão e do rádio, sugere ainda atuação sobre o campo cultural, trazendo a questão alimentar para um outro patamar.

A partir do cruzamento entre fontes e literatura especializada, buscou-se analisar o percurso da ASCOFAM ao longo do governo Kubitschek e em torno do problema da fome na região Nordeste. Pode-se concluir, por fim, que, embora pouco detalhada em estudos específicos sobre o período, a ASCOFAM foi ator político relevante no *lobby* de combate à fome na região Nordeste, contando com Josué de Castro como principal articulador. No cenário do desenvolvimentismo, ações da entidade contaram com a interlocução do próprio governo federal e da classe industrial, através da CNI. A ASCOFAM, portanto, contribuiu para oferecer notoriedade ao tema da fome na região, todavia, não mais como um fenômeno natural irresoluto, senão como um mal a ser superado por esforços conjuntos. Sob o contexto ideológico do desenvolvimentismo, o Nordeste brasileiro foi reinterpretado, vindo desnaturalizada a seca, a fome e, por conseguinte, seu próprio subdesenvolvimento.

Artigo recebido para publicação em 20/01/2018

Artigo aprovado para publicação em 03/05/2018

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.